

## EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA: MARCOS NORMATIVOS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Paloma Rodrigues Cardozo<sup>1</sup>  
Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca<sup>2</sup>

### Resumo:

Os anos 2020 e 2021 foram marcados pela interrupção do ensino presencial nas escolas devido a pandemia causada pela Covid-19 e estas lançaram mão de diversas estratégias para a continuidade do processo educacional. Neste contexto, este artigo pretende problematizar de que forma a inclusão dos estudantes com deficiência foi efetivada durante o período pandêmico. Para isso, o objetivo geral da pesquisa foi compreender de que forma a inclusão, enquanto um contexto emergente, possibilitou o acesso à aprendizagem desses estudantes. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica a partir de uma busca sistemática na literatura, denominada de Estado do Conhecimento. Para a interpretação dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo, cujo material foi compilado em três categorias a priori: estratégias de ensino utilizadas para inclusão de estudantes no período pandêmico; impacto da pandemia na relação entre escola, professores e família e novos cenários para a inclusão dos estudantes com deficiência no período pós-pandemia. Na primeira categoria, destacamos como ponto comum entre os trabalhos analisados, a necessidade de adaptação curricular e flexibilização do currículo, bem como o prejuízo na interação dos estudantes causado pelo distanciamento social. Na segunda categoria, ficou constatada a dificuldade dos familiares no manuseio das tecnologias e no auxílio às atividades com os estudantes, causando pouco retorno das atividades propostas e falta de vínculo com a instituição. A terceira categoria trouxe evidência da necessidade de se repensar as práticas pedagógicas para o retorno presencial, visto que os estudantes ficaram à margem do acesso mínimo às adaptações ofertadas durante o período pandêmico. Como resultados, podemos compreender que os estudantes com deficiência não tiveram seus direitos garantidos. O estudo aponta a falta de acesso e de práticas pedagógicas efetivas que atendessem às particularidades desse segmento estudantil.

### Palavras-chave:

Pandemia. COVID-19. Inclusão Educacional. Contextos Emergentes.

## SPECIAL/INCLUSIVE EDUCATION DURING THE PANDEMIC: REGULATORY FRAMEWORKS AND SCIENTIFIC PRODUCTION

### Abstract:

The years 2020 and 2021 left a huge mark by the interruption of the presence of the students in the classroom of the schools, due to the pandemic of COVID 19, and those took effort of a variety of strategies as to go on with the education process. In this context, this article has of goal of causing discussion in what form of inclusion of deficient students, were made during the Pandemic. The methodology consisted in bibliographic research, from a systematic search

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Porto Alegre. E-mail: palomacardozo@gmail.com .

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: santuza.fonseca@edu.pucrs.br

in Literature, named Knowledge State. To interpret the data, we used the Analysis of Contents, which material was compiled in three categories a priori: Strategies of Teaching, used for the Inclusion of the Students in the Pandemic period; The impact of the Pandemy in the relation among the school, the teachers and the Family and New Sceneries for the Inclusion of the Deficient Students, during the period of Post Pandemy. In the first category, we highlight as similarities between the selected work, the necessity of adaptation of resume and the flexibility of this resume as well as the harm regarding the students interactions, caused by the social lockdown. The third category brought to light the evidence of the necessity of rethink the pedagogical practices, when the students return to school, as these students were absent, to have access to the minimum adaptation, offered during the pandemic period. As the result, we can understand that students with disabilities have not had their rights guaranteed. The study points to the lack of access and effective pedagogical practices that met the particularities of this student segment.

**Keywords:** Pandemy. COVID 19. Educacional inclusion. Emergentes Contexts.

## **EDUCACIÓN ESPECIAL/INCLUYENTE DURANTE LA PANDEMIA: MARCOS NORMATIVOS Y PRODUCCIÓN CIENTÍFICA**

### **Resumen:**

Los años de 2020 y 2021 estuvieron marcados por la interrupción de la enseñanza presencial en las escuelas debido a la pandemia por el Covid-19, las cuales tuvieron que recurrir a estrategias para seguir con el proceso educativo. En este contexto, este artículo tiene como objetivo discutir cómo se hizo la inclusión de estudiantes con discapacidad durante la pandemia. Para ello, el objetivo es comprender cómo la inclusión como contexto emergente posibilitó el acceso de estos estudiantes al aprendizaje. La metodología consistió en una investigación bibliográfica basada en una búsqueda sistemática en la literatura, denominada Estado del Conocimiento. Para interpretar los datos recolectados, utilizamos el Análisis de Contenido, compilando material y dividiéndolos en tres categorías a priori: estrategias de enseñanza utilizadas para incluir a los estudiantes en el período pandémico; impacto de la pandemia en la relación escuela, docentes y familia y nuevos escenarios para la inclusión de estudiantes con discapacidad en el período post pandémico. En la primera categoría, destacamos como punto común entre los trabajos seleccionados la necesidad de adecuación curricular, flexibilidad del currículo, así como la falta de interacción del alumno debido al distanciamiento social. En la segunda categoría, se observó la dificultad de los familiares en el manejo de las tecnologías y en ayudar a los estudiantes con las actividades, causando poco feedback de las actividades propuestas y falta de vínculo con la institución. La tercera categoría destacó la necesidad de repensar las prácticas pedagógicas en un contexto presencial, ya que los estudiantes no tuvieron el acceso mínimo a las adaptaciones ofrecidas durante el período de la pandemia. A partir de los resultados, podemos entender que los estudiantes con discapacidades no hayan tenido sus derechos garantizados. El estudio apunta a la falta de acceso y prácticas pedagógicas efectivas que contemplen las particularidades a este grupo de estudiantes.

### **Palabras-clave:**

Pandemia. COVID-19. Educación inclusiva. Contextos emergentes.

## Introdução

No final do ano de 2019 surgiu na China uma doença desconhecida, causada por um vírus denominado SARS-CoV-2, um tipo novo de coronavírus, que ao contaminar os seres humanos provoca a doença popularmente conhecida como COVID-19, a qual se espalhou aos quatro cantos do planeta e gerou a grande crise sanitária do século XXI. O vírus obrigou as pessoas ao isolamento social e ao fechamento de todas as atividades presenciais das instituições escolares, desde as creches e escolas de Educação Infantil, Educação Básica até o Ensino Superior.

De março de 2020 até este momento, em que transcorreram mais de dois anos, vivemos a pandemia de novas variantes de coronavírus e convivemos, desde então, com a vulnerabilidade quanto à saúde, insegurança e incerteza quanto ao futuro. Não que antes isso não tivesse acontecido; houve outros eventos, como pandemias e guerras, que assolaram a humanidade. Conviver com a incerteza não tem sido apenas uma prerrogativa dos tempos atuais. Morin (2001, p. 59), desde o século passado, já dizia que a despeito de descobrirmos “novos arquipélagos de certezas, devemos saber que navegamos em um oceano de incertezas”. Tendo em vista este cenário incerto, conhecer e pensar, nos tempos atuais não é chegar a uma verdade incontestável, ao contrário, como nos diz Morin (2001), é dialogar com a incerteza a todo instante. E a incerteza nos levou também ao enfrentamento dos inúmeros desafios que foram surgindo no cotidiano pessoal e escolar de todos os estudantes em diferentes níveis de ensino.

Neste contexto, a partir do isolamento social e com o fechamento das escolas e das instituições que atendiam pessoas com deficiência, uma parcela da sociedade que, ao longo dos tempos, tem enfrentado exclusão histórica em função de suas diferenças, volta à segregação, tendo em vista que os professores e as famílias encontraram diversos entraves, desde dificuldades e falta de acesso às tecnologias digitais até à organização para que o ensino remoto acontecesse de forma viável.

Considerando estes novos desafios, a Educação Especial desponta neste século com uma quebra dos antigos paradigmas, entendida em uma perspectiva inclusiva, mas que teve seu nascedouro como uma modalidade educacional paralela à educação geral, voltada apenas à educação das pessoas com deficiência.

Neste prisma, a Educação Especial no cenário inclusivo, constitui um paradigma fundamentado na concepção dos direitos humanos, “que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 10). Ao anunciar o debate no campo dos direitos humanos, conforme proposto pela ONU na Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 1975, torna-se a primeira Declaração no campo dos Direitos Humanos.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem do seu público-alvo, os quais são estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Este universo de alunos foi ampliado recentemente, em 30 de novembro de 2021, com a Lei nº. 14.254 (BRASIL, 2021), que dispõe sobre o acompanhamento integral para estudantes com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Antes, conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o atendimento para os referidos estudantes nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) não estava previsto, haja vista que perante a lei eles não faziam parte do público-alvo da Educação Especial.

É imperioso à Educação Especial orientar os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2010, p. 20).

Outro documento importante de mencionar, é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que tem promovido mudanças nesta modalidade de ensino. Tanto a Política Nacional da Educação Especial (BRASIL, 2008) quanto a LBI

(BRASIL, 2015) apontam a acessibilidade como um dos eixos centrais nas políticas públicas para a área da Educação Especial/Inclusiva.

A LBI (BRASIL, 2015), teve como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional. Representou um importante avanço e pode ser considerada uma conquista democrática na área da Educação Especial, tendo em vista a participação de vários segmentos de pessoas com deficiência, a despeito de tramitar durante 15 anos até a sua aprovação. Sob o lema “Nada sobre nós sem nós”, a Lei nasceu de forma a contemplar toda a diversidade humana.

Uma das principais mudanças da LBI diz respeito ao conceito da deficiência que deixa de ser entendido apenas do ponto de vista da condição biológica, estática, mas passa a ser reconhecido como o resultado das inúmeras barreiras impostas pelo meio social. Em outras palavras,

A deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. Ou seja, a LBI veio para mostrar que a deficiência está no meio, não nas pessoas. Concluímos, então, que: quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica. (BRASIL, 2015, p. 13).

Podemos considerar a Educação Especial como um contexto emergente, tendo em vista a sua capacidade de transformação ao longo dos tempos. Desde que foi instituída no Brasil, na década de setenta, a área da Educação Especial vem avançando, porém as lutas são constantes diante dos desafios que se apresentam.

A partir da década de noventa a produção científica cresceu tanto em termos nacionais como internacionais, tornando visíveis as mudanças epistemológicas, políticas e sociais que marcam esta área. Os avanços no campo dos direitos educacionais e sociais para as pessoas com deficiência alcançaram maiores patamares e tiveram profundas mudanças em 2008, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Mas, o que são contextos emergentes? Não há exatamente um conceito único que defina os contextos emergentes, tendo em vista a polissemia que o termo sugere. Para Kuhn (1962), os contextos emergentes estariam em uma transição que precede mudanças de paradigmas. Na concepção de Morosini (2014), seria o *ethos* do desenvolvimento humano e

social na globalização. Bourdieu (1983) reitera que a escola e as instituições são campos e estão permanentemente em estados de tensão. O contexto emergente reflete este campo de tensões que podem provocar uma mudança.

Para Bolzan, Powaczuk e Dalla Corte (2021, p. 52) estes contextos são caracterizados

como a tessitura das ambiências institucionais/escolares, das arquiteturas formativas, a partir das vivências construídas pelos sujeitos destes processos, as quais exigem (trans)formações nos modos de pensar e fazer docente. Demarcados por regulações políticas, sociais, econômicas e culturais contemporâneas que impactam o cenário educacional, os contextos emergentes tensionam e desafiam a reconfiguração de modos singulares de produção da vida cotidiana da/na docência nos diferentes âmbitos escolares/institucionais.

Na concepção das autoras mencionadas, o contexto/ambiência da docência é o resultado do impacto entre as condições externas e internas deste trabalho. No deslocamento entre estes dois mundos, externo e interno, é possível ocorrer a transformação em maior ou menor grau, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Seguindo este raciocínio, os contextos emergentes se caracterizam para a docência com níveis de imprevisibilidade e rupturas ao longo do processo que serão compreendidas no fazer pedagógico de forma paulatina.

Atualmente, este momento de transição que possui raízes históricas, se traduz em contextos emergentes nas várias áreas do saber e, portanto, também na educação traz muito fortemente o conceito de desenvolvimento sustentável perpassando todos os âmbitos da vida social e educacional. O desenvolvimento sustentável está fortemente ligado à Educação Planetária como uma educação que não se limita ao espaço da sala de aula. As chaves para entender este mundo em permanente mudança são o conhecimento e a aprendizagem, estes são os recursos para enfrentar os desafios e para buscar alternativas. Neste sentido, a educação pode contribuir para a transformação do mundo. Pensar em uma educação transformadora supõe considerar a inclusão como princípio fundamental para a construção do conhecimento tendo em vista que “a construção do conhecimento se processa em ambientes ricos de interação e de troca de informações, caminhos, procedimentos e conhecimentos” (RODRIGUES, 2015, p. 12).

Desta forma, a Educação Especial, inclusiva e equitativa, como um contexto emergente, se torna fundamental a ser discutida na atualidade. Destarte compreender o conceito de inclusão, para pensar além da inclusão da pessoa com deficiência, a partir da diversidade e das peculiaridades de cada sujeito e suas trajetórias escolares.

Segundo a Declaração de Icheon (UNESCO, 2016, p. 6),

Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça, cor, etnicidade, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, pobreza ou nascimento, bem como as pessoas com deficiência, migrantes, grupos indígenas, crianças e jovens, principalmente os em situação de vulnerabilidade ou outro *status*, deveriam ter acesso a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. O foco na qualidade da educação, na aprendizagem e em habilidades destaca, ainda, outra lição importante: o perigo de se concentrar no acesso à educação sem prestar atenção suficiente se os alunos estão, de fato, aprendendo e adquirindo habilidades relevantes uma vez que estejam na escola.

O projeto “Futuros da Educação”, desenvolvido por uma Comissão especial designada pela UNESCO, postula em seu bojo que até 2050 se pense em uma Educação Regenerativa, capaz de curar, renovar, reparar a fim de proporcionar um futuro mais sustentável para toda a humanidade (UNESCO, 2021).

A vida no planeta só será sustentável no enfrentamento das desigualdades e na melhoria da qualidade de vida a todos os povos. A educação é uma via essencial, imprescindível para a regeneração do planeta (UNESCO, 2021). Em um mundo vasto e dramático como o nosso parece uma utopia tal premissa. E não deixa de ser utopia se pensarmos que em 2014 organizações, a exemplo da Amnistia Internacional e a UNESCO, mostravam que 25 milhões de pessoas no mundo viviam ainda como escravos e 75 milhões de crianças viviam na pobreza e sem acesso à escola (RODRIGUES, 2015).

O tema definido pela ONU para o ano de 2021 foi “Liderança e Participação das Pessoas com Deficiência por um mundo pós-Covid, Inclusivo, Acessível e Sustentável”. Isso é importante para dar visibilidade, protagonismo e representatividade à pessoa com deficiência e, principalmente, para ajudar a transformar este mundo em um mundo acessível a todas as pessoas.

É pertinente pensarmos na manutenção das garantias de direitos das pessoas, em específico as pessoas público-alvo da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, o que aponta na direção de um contexto emergente, a partir do entendimento de que todos os estudantes têm direito ao acesso à escola, bem como a permanência e qualidade do ensino.

Conforme Sarturi *et al.* (2021, p. 90),

Entende-se que contextos emergentes englobam os desafios de rearranjos e rearticulações que, na prática, se constituem não na implementação, mas na ação de fazer política em espaços/contextos (instituição, curso, coordenação de curso com seus modos de fazer gestão). Assim, as políticas públicas educacionais estão imbricadas ao conjunto de articulações participativas entre gestores e sociedade, com decisões planejadas tensionando as orientações externas e o fazer cotidiano.

Neste sentido, a UNESCO “también ha llamado a los Estados Miembros a considerar la educación como un continuo y a que adopten los principios del derecho a la educación, es decir, la "no discriminación" y la "igualdad de oportunidades" en sus políticas y programas en todos los niveles educativos” (UNESCO, 2021, p. 03).

O presente estudo tem a seguinte questão como fio condutor: “De que forma a inclusão dos estudantes com deficiência foi efetivada durante a pandemia”? A partir desta questão, temos por objetivo “Compreender de que forma a inclusão como um contexto emergente garantiu o acesso à aprendizagem dos estudantes com deficiência”.

Além da revisão da literatura realizada, serão utilizados como autores basilares Bolzan *et al.* (2021), Morosini (2004; 2014), além do aporte na legislação internacional e nacional sobre direitos humanos, educação especial e educação inclusiva. Serão apresentados os resultados da investigação e, sequencialmente, a análise de dados elaborada a partir de três categorias a priori, seguida dos resultados e discussão, bem como as conclusões.

## **Metodologia**

Como metodologia, adotamos a pesquisa de cunho bibliográfico, realizando uma ampla busca sistemática de literatura, a qual denomina-se de Estado do Conhecimento. Conforme Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o Estado do Conhecimento é a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma

determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Por se tratar de um tema muito recente, para a revisão da literatura, foi realizado um recorte temporal de dois anos (2020 e 2021), selecionado como marco o ano em que a pandemia da COVID-19 iniciou, atendendo o objetivo da pesquisa. Além dos marcos regulatórios sobre o ensino remoto neste período, foi consultado o buscador Google Acadêmico, por ser mais abrangente, para a busca de artigos científicos. Como descritores foram utilizadas as expressões “inclusão and contextos emergentes” e “pandemia covid-19 and educação inclusiva”. Foram encontrados um total de 128 publicações, sendo 31 no primeiro descritor e 97 no segundo descritor.

Como critérios para seleção buscaram-se por artigos publicados em periódicos nacionais, da área da educação, em revistas de impacto, avaliadas com Quali A e B, com recorte temporal de 2020 a 2021. Foram selecionados trabalhos publicados em revistas do Brasil, pois o interesse da pesquisa era analisar o contexto educacional brasileiro. Após estabelecido estes critérios de exclusão, foram selecionadas 10 produções para análise.

O descritor “inclusão and contextos emergentes”; se fez importante para entendermos como as pesquisas nesta temática têm sido abordadas, e para conhecermos as perspectivas da inclusão dos alunos com deficiência na Educação Básica. Ao todo, neste banco de dados, após seleção dos critérios de busca, foram encontrados um total de trinta e uma pesquisas e três selecionadas para análise. Foram excluídas pesquisas com o tema de inclusão social, bem como pesquisas que traziam o tema contextos emergentes de forma ampla, sem estar relacionadas com a Educação Inclusiva. Neste escopo de trinta e uma pesquisas, também foram excluídas pesquisas com abordagem sobre inclusão digital e estudos da área da saúde coletiva.

O descritor “Pandemia covid-19 and educação inclusiva” foi utilizado para buscar publicações referentes ao ensino e aprendizagem de alunos público-alvo da Educação Especial durante o período pandêmico, sendo selecionadas publicações referentes às estratégias e metodologias aplicadas aos estudantes neste período. Foram encontrados noventa e sete trabalhos e selecionados sete, utilizando-se como critérios de exclusão os trabalhos repetidos e excluídos trabalhos das ciências sociais, da saúde, e os trabalhos que envolviam a temática do ensino e educação em contextos pandêmicos, porém sem o viés do público-alvo

da Educação Especial. Também foram excluídos textos referentes ao contexto da pandemia e da Educação Especial que não abordavam o contexto educacional.

A primeira etapa analítica da metodologia do Estado do Conhecimento (MOROSINI, 2014) foi cumprida, mediante a elaboração da tabela denominada Bibliografia Categorizada. Esta sistematização das informações da produção bibliográfica que compõem o corpus de análise tem como objetivo a reorganização das produções por temática, que chamamos categorias.

O principal objetivo desta etapa é realizar, o que podemos chamar de “agrupamento” das produções por temáticas, as quais podemos nominar de “Categorias”. Ou seja, com os trabalhos selecionados deve ser realizado o reagrupamento das produções segundo blocos temáticos. (SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 136).

**Tabela 1 – Bibliografia Categorizada**

<b>Categorias</b>	<b>Artigos Selecionados</b>	<b>Autores</b>
Estratégias de ensino utilizadas para a inclusão de estudantes no período pandêmico	3	Costa, Sousa, Pereira (2021) Magalhães (2020) Oliveira Neta, Nascimento e Falcão (2020)
Impacto da pandemia na relação entre escola, professores e famílias	3	Queiroz, Melo (2021) Silva, Bins e Rozek (2020) Souza e Dainez (2020)
Novas estratégias para inclusão para o período pós-pandemia	4	Cury, Ferreira, Rezende (2021) Vilela, Ferraz, Dias e Araújo (2021) Schwamberger e Santos (2021) Silva e Maio (2021)
<b>Total</b>	10	

Para a análise do conjunto de publicações desta investigação, buscou-se observar as seguintes informações: autor, título, ano de publicação, periódico publicado, link de acesso do trabalho e palavra-chave, as quais foram organizadas em uma tabela analítica. Após esta busca, foram analisados os resumos dos trabalhos, categorizando-os conforme três categorias a priori<sup>3</sup>: “Estratégias de ensino utilizadas para a inclusão de estudantes no período pandêmico”; “Impacto da pandemia na relação entre escola, professores e famílias”; e “Novos cenários para inclusão dos estudantes com deficiência no período pós-pandemia”

<sup>3</sup> Segundo Bardin (2011) as categorias a priori são categorias pré definidas antes da seleção dos textos selecionados e neste estudo foram criadas levando em consideração os objetivos propostos para análise.

Após a categorização dos trabalhos selecionados, os dados obtidos foram analisados qualitativamente a partir da análise de conteúdo de Bardin (2016), buscando relacionar o referencial teórico aos principais resultados.

## **Resultados e Discussão**

O objetivo deste estudo foi problematizar de que forma a inclusão dos estudantes com deficiência foi efetivada durante o período pandêmico. Como objetivo geral da pesquisa buscamos compreender de que forma a inclusão, enquanto um contexto emergente, possibilitou o acesso à aprendizagem desses estudantes. Para responder tais questionamentos definimos os artigos analisados em categorias, conforme apresentado logo abaixo.

A primeira categoria “Estratégias de ensino utilizadas para a inclusão de estudantes no período pandêmico” buscou agrupar artigos que trouxessem dados sobre o ensino remoto na perspectiva da organização de cada espaço escolar, elencando estratégias adotadas para a manutenção de vínculo e de efetivação da aprendizagem dos estudantes com deficiência. Nesta categoria foram agrupados três textos.

Magalhães (2020), como o ensino ficou configurado a partir da adoção do ensino remoto/online, analisa como se deu estas relações com os alunos com deficiência e aponta a instituição escolar como um espaço de aprendizagens pedagógicas, relacionadas ao ensino dos conteúdos e um espaço também de socialização e de aprendizagens diversas, as quais a partir o distanciamento social, ocasionou prejuízos na interação dos estudantes. No período de ensino remoto/online, a adaptação curricular e de materiais se fazem importantes, levando em consideração o contexto em que o estudante está inserido, pois a relação professor e aluno foi modificada devido a pandemia, envolvendo outros sujeitos para o auxílio da realização das tarefas enviadas, enfatizando

a importância da discussão sobre a diferenciação curricular e seu entrelaçamento com o conceito de desenho universal favorecendo a elaboração de um conjunto de estratégias que contempla a participação de todos nos processos educativos.

Em contrapartida, Magalhães (2020, p. 13) aponta que

muitos estudantes e seus familiares se apresentam com as redes sociais, assim como com aplicativos de comunicação; são recursos que ampliam as

estratégias para a democratização da educação neste período. Os vídeos, as “chamadas de vídeo”, os grupos de comunicação entre outros recursos, têm sido ferramentas fundamentais na manutenção deste vínculo com a escola.

Nesta perspectiva, embora com as dificuldades no acesso às atividades físicas, identificou-se, a partir do *corpus* de análise, que as redes sociais serviram como canais de comunicação entre escola, professores e famílias, como o uso de aplicativos para troca de mensagens e recados.

Os dados da pesquisa realizada por Oliveira Neta, Nascimento e Falcão (2020, p. 30), tem por objetivo analisar as relações dos estudantes com deficiência frente aos recursos tecnológicos, evidenciando a disparidade em relação ao acesso à internet e ao computador nos diferentes contextos familiares e,

o reflexo dessas desigualdades nas ações de educação por meio remoto. Nesse sentido, alunos de escolas públicas pertencentes a classes sociais mais atingidas pela desigualdade na conectividade podem não ter acesso total ou parcial aos conteúdos e às atividades escolares, em razão da falta de acesso à internet, ausência ou limitação na disponibilidade de aparelhos de acesso, ficando à margem e excluídos dos processos de ensino, ainda que remotos. Aproximando nosso olhar para a forma como tem se dado o ensino remoto com alunos com deficiência, é importante frisar que o contexto pandêmico, por si só, tem trazido várias dificuldades para as famílias e principalmente para os alunos nessa condição. Diante disso, vimos que a inclusão dos alunos pela via da possibilidade de realização das atividades, a dificuldade das famílias na mediação com as tarefas e o próprio planejamento coletivo dos professores neste contexto potencializam os desafios da inclusão e da participação de todos no processo educativo.

Costa, Souza e Pereira (2021), trazem a perspectiva do papel da gestão escolar para a efetiva busca e atendimento aos alunos com deficiência, também apontando a dificuldade de acesso aos materiais ofertados e às aulas online/remotas devido a falta de disponibilidade de internet e de computadores ou tablets. Em contraponto, os autores citam o sucesso da aprendizagem dos sujeitos que acessaram os atendimentos ofertados de maneira síncrona, trazendo um outro aspecto da perspectiva de quem teve acesso ao mínimo das tecnologias e ferramentas para dispor dos materiais e encontros ofertados.

Em comum entre os estudos analisados nesta categoria, percebemos que as escolas lançaram mão de recursos como vídeo-chamadas, vídeos interativos e envio de materiais impressos, a partir de adaptação curricular pensada para cada estudante. É evidente nos três estudos a falta de contato com os estudantes, a dificuldade de acesso às tecnologias, pois ao mesmo tempo em que os recursos tecnológicos se fazem presentes no cotidiano das famílias,

muitos possuem dificuldade de utilizá-los como ferramenta pedagógica, assim como a falta de acesso a internet e a telefones ou computadores que comportassem os recursos e programas necessários ao ensino remoto. É possível destacar em comum entre os trabalhos selecionados a necessidade de adaptação curricular e flexibilização do currículo.

Identificamos nesta categoria “Estratégias de ensino utilizadas para a inclusão de estudantes no período pandêmico” que houve a falta de orientações comuns sobre o atendimento dos alunos com deficiência, abrindo precedentes para que cada escola se organizasse de formas diversas, faltando uma orientação comum, assim como a vulnerabilidade social dos sujeitos.

Quanto aos estudos que evidenciam o “Impacto da pandemia na relação entre escola, professores e famílias”, estes tiveram por objetivo selecionar os trabalhos que em comum discorriam sobre as relações que foram estabelecidas entre família e escola durante o período de fechamento das escolas e suas implicações, além de discutir sobre o envio de atividades impressas. Os resultados destas investigações apontam as famílias com receio de assumir o compromisso de realizar tarefas escolares, pois muitas pessoas da família apresentam baixa escolaridade, o que poderia interferir no acompanhamento e aprendizado dos estudantes.

Dados recentes da evasão levantados pela organização Todos pela Educação, do início de dezembro de 2021, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) que levanta informações e pesquisa sobre os efeitos da pandemia, mostraram que 244 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021. Isso significa 171% de evasão em comparação a 2019, em que os excluídos das escolas somavam cerca de 90 mil crianças e adolescentes (IBGE, 2021).

Nos estudos analisados identificou-se ainda que os familiares dos alunos com deficiência apresentaram dificuldade em auxiliar os estudantes no ensino remoto, principalmente em relação ao manuseio das tecnologias, bem como o acesso a programas que não são comumente utilizados, como Instagram, Facebook e WhatsApp. Uso de programas para aula online como chamadas no Google meet, acesso a e-mail ou baixar atividades gerou desconforto e dúvidas. Cabe mencionar ainda que, a falta de acesso destes estudantes aos recursos tecnológicos, causou maior infreqüência e prejudicou o vínculo com a instituição escolar.

Silva, Bins e Rozek (2020, p. 131), apontam que o momento vivido durante o fechamento das escolas traz uma reflexão sobre a necessidade da construção de novas aprendizagens, uma vez que as pessoas com deficiência “padecem de uma vulnerabilidade que preexiste à quarentena”, principalmente no que diz respeito a suportabilidade dos alunos ao tempo em frente às telas e a realização de tarefas, seguidas da falta de orientação às famílias sobre as capacidades dos alunos e auxílio às atividades enviadas para que pudessem ser realizadas de forma remota. As autoras apontam ainda as relações e o vínculo estabelecido entre estudantes e professores, juntamente com as famílias, como sendo de fundamental importância para o processo de escolarização dos alunos.

Estas considerações vão ao encontro das análises apresentadas por Queiroz e Melo (2021, p. 10), que destacam em suas pesquisas que “independentemente da forma das atividades seja impressa ou on-line, há necessidade de participação da família na realização das atividades, embora não forneçam detalhes de como se espera que seja esta participação”.

Souza e Dainez (2020), analisam os impactos do distanciamento social para os alunos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, do quarto ano de uma escola de ensino fundamental, evidenciando o quanto o espaço escolar oportuniza interações e aprendizagens significativas e que, mesmo não atingindo todos os objetivos propostos,

De certa forma, o ensino remoto viabiliza a presença da escola na vida dos alunos, mantém a memória da vivência presencial nesse espaço, atualizando as relações já estabelecidas. Cria um elo, mesmo que frágil, entre o aluno e a escola, o que reitera a ideia dela como instituição, por excelência, mediadora dos processos de humanização. (SOUZA e DAINEZ, 2020, p. 11).

Nesta categoria destacamos que, para além da necessidade de adaptação e flexibilização pertinente ao ensino remoto dos alunos com deficiência, a falta de acesso às tecnologias foi um empecilho para a grande maioria. Ainda, é evidente que se faz necessário o vínculo e orientações para as famílias, uma vez que são estes adultos que passaram a realizar as intervenções como os temas propostos e proporcionaram o acesso às atividades impressas, enviadas de forma remota e também auxiliaram no uso das ferramentas e equipamentos para acesso dos conteúdos ofertados. Os estudos que a compõem apresentam a perspectiva da necessidade de reinvenção da docência, tanto nas questões pedagógicas, quanto das relações estabelecidas, as quais foram afetadas pelo distanciamento social durante o período pandêmico, evidenciando certa fragilidade no relacionamento estabelecido entre escola, famílias e estudantes.

A terceira categoria identificada nesta pesquisa foi “Novos cenários para inclusão de alunos com deficiência no período pós-pandemia”, com o objetivo de verificar trabalhos que já apontam o cenário de retorno ao ensino presencial e como este retorno vem ocorrendo com os alunos com deficiência.

Com o objetivo de analisar o impacto do isolamento social em relação à escolarização dos alunos com deficiência no período de pandemia, Cury, Ferreira e Rezende (2021), destacam as desigualdades sociais, como fator importante no impacto às dificuldades de efetivação do ensino. Os autores trazem perspectivas para o retorno, com destaque para o acolhimento às histórias e sentimentos dos alunos

No retorno às aulas para os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, o ideal seria trabalhar, primeiramente, o acolhimento e o retorno à rotina escolar daqueles que não se enquadram no grupo de risco. Ou seja, portadores de doenças crônicas (doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, câncer, doenças respiratórias crônicas e cerebrovasculares) devem permanecer em casa. A escola, dessa maneira, proporcionará o ensino remoto para continuação dos estudos no tocante a este grupo mais vulnerável (CURY, FERREIRA e REZENDE, 2021, p. 6).

Vilela, Ferraz, Dias e Araújo (2021), ao investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores da Educação Básica para lidar com a inclusão de alunos com alguma deficiência ou transtorno no contexto da pandemia, puderam compreender após entrevistas com professores, que após o retorno presencial, a despeito da evasão escolar ser um dado alarmante, o retorno presencial em escalonamento, ou seja, com número reduzidos de alunos por grupos semanais, permite que este retorno aconteça de forma gradual, com ênfase no diálogo, maior proximidade com o professor e manutenção de vínculo entre professores e alunos.

A redução do número de alunos nas salas de aula também foi um fator apontado nas respostas dos professores, pois deste modo poderiam auxiliar mais de perto os estudantes, principalmente aqueles que necessitam de uma atenção especial, ocasionando maior interação professor/aluno e proporcionando um relacionamento de confiança e amizade, sendo estes fatores apontados como elementos que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento das aulas. Cabe ressaltar também os prejuízos causados pela ausência da dimensão lúdica nas atividades e que possibilitaria maior interação e participação dos alunos nas aulas. (VILELA, FERRAZ, DIAS e ARAÚJO, 2021, p. 14).

Silva e Maio (2021) objetivam discorrer sobre as relações entre família e escola e os impactos na aprendizagem dos estudantes no retorno ao ensino presencial. Destacam que o vínculo estabelecido entre os alunos e a escola, mesmo de que forma não relacionada à aprendizagem formal, impacta para o retorno de forma positiva e gradual ao espaço escolar.

Schwamberger e Santos (2021), discutem a reconfiguração do ensino e a necessidade de novas estratégias a partir dos recursos e materiais que não foram contemplados e alcançados pelos estudantes com deficiência. Os estudos apontam a necessidade de centrar a questão das práticas que se produzem no interior das instituições e nos processos de escolarização dos estudantes com deficiência. As particularidades oferecidas pelos contextos da Covid-19 e do confinamento requerem estudos que aprofundem o olhar sobre os cotidianos, pois a reconfiguração das práticas de ensino remoto reflete as dúvidas e as promessas que os países prometeram para eliminar a exclusão digital dentro das escolas.

Ao analisar os trabalhos selecionados na categoria “Novos cenários para inclusão de alunos com deficiência no período pós-pandemia”, foi identificada uma dicotomia entre os autores, sobre a evasão escolar como uma problemática e a dificuldade em inserir os alunos com deficiência no cenário pós pandêmico; ao mesmo tempo, outros autores apontam o retorno gradual como sendo um espaço de oportunidades para um atendimento mais individualizado e que possa atender às especialidades de cada estudante.

### **Considerações Finais**

Neste período pandêmico, os estudos que discutem sobre o ensino remoto, com ênfase na aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, trazem como discussão fundamental a necessidade de políticas públicas para garantia de acesso à escola, bem como o acesso às tecnologias, evidenciando o prejuízo e desafios para o retorno presencial destes estudantes, visto que ficaram à margem do acesso mínimo das adaptações ofertadas. Assim, pensamos no quanto os sujeitos público-alvo da Educação Especial possuem uma trajetória de mais percalços, dificuldades e de reafirmação das políticas públicas e de direitos que lhes são sonogados.

Considerando os grandes desafios que foram surgindo no cotidiano dos anos de 2020 e 2021, e ao considerarmos a Educação Inclusiva como um contexto emergente, neste trabalho apresentamos a discussão de que forma a inclusão dos estudantes com deficiência foi

efetivada durante o período pandêmico. Nesta direção, traçamos como objetivo geral da pesquisa compreender de que forma a inclusão, enquanto um contexto emergente, possibilitou o acesso à aprendizagem desses estudantes.

Este é um tema carregado de nuances, e o período de pandemia evidenciou ainda mais as situações e vulnerabilidade a que estão expostos os alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro, as quais já existiam antes da pandemia, mas que se aprofundaram neste contexto de pandemia da Covid-19.

Isso porque o ensino remoto impactou a necessidade de flexibilidade e adaptações curriculares; acesso das famílias e dos estudantes aos meios tecnológicos como computadores, celulares e rede de internet, sem os quais o acesso às aulas não poderia acontecer; na dificuldade dos estudantes para acompanhar as aulas de forma remota fora do ambiente escolar, e das famílias para acompanhar os filhos em uma jornada que era completamente inusitada para a maioria delas, tendo em vista que o ensino antes presencial passou a se configurar como online/remoto no ambiente familiar, o que dificultou o gerenciamento das atividades propostas pelos professores, bem como o vínculo entre escola, famílias e estudantes, fator imprescindível para que a aprendizagem se concretizasse.

Os resultados desta pesquisa indicam que é fundamental o estudo e a reflexão sobre a acessibilidade de todos os estudantes, com deficiência ou não, a uma aprendizagem significativa nestes tempos de ensino remoto. Por isso, vale salientar a importância da interação na relação pedagógica, a relação entre os estudantes e a relação destes com os professores, as quais afetam o desenvolvimento humano. No ensino remoto estas relações ficam empobrecidas, tendo em vista a premissa na qual acreditamos, de que todos aprendemos socialmente, na relação com os outros, estabelecendo primeiramente as funções intersíquicas, no coletivo, e depois as funções intrapsíquicas, como propriedades internas para a construção do pensamento.

Como desafios para um futuro que é incerto, e para que todos os estudantes sejam incluídos no processo da aprendizagem, é possível destacar que o momento pandêmico exige a reinvenção do papel do professor, pois pensar e agir na emergência, frente às incertezas, fez com que o professor tivesse a necessidade de planejar e pensar em estratégias sem estar em contato diretamente com o aluno.

Desta forma, demonstra-se a necessidade de formação continuada aos professores, a fim de que se possa considerar os contextos familiares, e os saberes que advém deste contexto, os quais são diferentes dos saberes do espaço/contexto escolar.

Cifuentes-Faura (2020), destaca que as famílias de baixa renda têm mais dificuldades para garantir o acesso à educação dos estudantes em casa, uma vez que o ensino remoto/online exige acesso a dispositivos como computadores, tablets, celulares e conexão com qualidade.

Após análise das categorias em questão, pode-se compreender que o ensino remoto para alunos com deficiência apresentou fragilidades, com causas multifatoriais, como a necessidade de adaptação e flexibilização do currículo, bem como a falta de acesso à tecnologia por grande parte dos estudantes.

No contexto pós-pandemia, levando em consideração todo o aparato de biossegurança que os estados e municípios devem garantir aos ambientes públicos de educação básica, partimos do pressuposto que o ensino presencial se faz importante para os estudantes com deficiência, principalmente àqueles que necessitam de um maior grau de suporte, pois, conforme demonstrado pelos resultados desta pesquisa, não houve possibilidade de uma educação de qualidade de forma remota para alguns estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial, tendo em vista que estes estudantes requerem adaptações de pequeno e grande porte, respeitando suas devidas especificidades.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOLZAN, D. P. V.; POWACZUK, A. C. H.; CORTE, M. G. D.(Orgs.). **Singularidades da formação e do desenvolvimento profissional docente: contextos emergentes na educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: SICORDE, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial: 2010. 73 p.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: jan., 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.254**, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília: Imprensa Nacional, 2021.

Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1329448287/lei-14254-21>. Acesso em: jan., 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Indicadores IBGE**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (mensal). Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>.

Acesso em: 19 nov., 2021.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ. (Org.). **PIERRE BOURDIEU**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CIFUENTES-FAURA, J. (2020). Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid-19: el papel del gobierno, profesores y padres. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, Madrid, 9(3e), 1-12. Recuperado em 12 setembro, 2020, Disponível em: <https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089> Acesso em: dez., 2021.

COSTA, C. E. da S.; SOUSA, R. R. de; PEREIRA, M. S. Atendimento Educacional Especializado: articulação docente durante a pandemia. In: **Ensino Em Perspectivas**, 2 (3), 1–8. 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6718>. Acesso em: dez., 2021.

KOHL-SANTOS; MOROSINI, Marília Costa. O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. In: **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças/MT, ISSN - 2238-9210. v. 33, maio/ago. 2021.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

MAGALHÃES, T.F de A. A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da COVID-19: tecendo algumas possibilidades. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 6 – N. Especial. – pág. 205 - 221 – (jun. – out. 2020).

Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riar/article/view/53647>. Acesso em: dez., 2021.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma reformar o pensamento. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOROSINI, M. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000200007>

MOROSINI, M.C.; Fernandes, C. M. B. Estado do Conhecimento: Conceitos, Finalidades e Interlocuções. **Educação por Escrito**. v. 5, n.2, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2> Acesso em: out., 2021. Acesso em: out., 2021.

OLIVEIRA NETA, A. de S.; NASCIMENTO, R.de M.; FALCÃO, G. M. B. Revista **Interacções**. Vol. 16 n.º 54, 2020. Educação Online em Tempos de Pandemia: desafios e oportunidades para uma escola inclusiva. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21070> Acesso em dez., 2021.

QUEIROZ, F.M.M.G. de. Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID-19. **Revista Educação Especial**, v. 34, 2021 – Publicação Contínua. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X64174>

RODRIGUES, D. A inclusão como direito humano emergente. In: **Livro de Atas. I** Congresso Internacional e Educação Inclusiva: construção boas práticas. Faro: Escola Superior de Educação e Comunicação: Universidade do Algarve, 2015.

SARTURI, R. C.; TREVISAN, M. de S.; RIGHES, A. C. M.; & FERRAZ, V. M. V. Evaluación de la educación superior e internacionalización de políticas públicas. In: **Revista Educación Superior Y Sociedad** (ESS), 33(1), 384-408, 2021. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/357>. Acesso em: dez., 2021.

SCHWAMBERGER, C; SANTOS, F. J. da Silva. Práticas de ensino em tempos de pandemia de COVID-19: é possível a inclusão das pessoas com deficiência? **Revista Teias**, v. 22, n. 65, abr./jun. 2021. Seção Temática Práticas pedagógicas alternativas em contextos de incerteza e crise. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57001>. Acesso em: dez., 2021.

SILVA, G.P; MAIO, E.R. Educação inclusiva no ensino remoto: fortalecendo o vínculo escola e família. In: **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**; vol 8, nº 1, 2021.

SILVA, Karla Wunder da; BINS, Katiusha Lara Genro; ROZEK, Marlene. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A COVID-19: aprendizagens em tempo de isolamento social. Interfaces Científicas: **EDUCAÇÃO**. v. 10. n. 1 (2020). Número Temático – Cenários escolares em tempo de Covid-19 Dossiê. p. 124–136. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136> Acesso em: out., 2021.

SOUZA, Flávia Faissal; DAINÉZ, Débora. Educação e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar da escola e as condições do ensino remoto emergencial. In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v 15, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16303>. Acesso em: jan., 2022.

UNESCO. IESALC. **Los Futuros de la Educación Superior**. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/los-futuros-de-la-educacion-superior/#.YPr4aY5KjIU> Acesso em: nov., 2021.

UNESCO. **Nota conceptual Conferencia Mundial de Educación Superior (WHEC2021): Reinventando el rol y el lugar del aprendizaje en la educación superior para un futuro sostenible**. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2021/02/ESP-Nota-Conceptual-WHEC2021-26.02.21-1.pdf>. Acesso em nov., 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Brasília, 2016. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por) Acesso em: dez., de 2021.

VILELA, J. L. L.; FERRAZ, A. C.; DIAS, M. de P.; ARAÚJO, M. S. T. **Dificuldades enfrentadas por professores da educação básica em relação a alunos com deficiência**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3115> Acesso em: jan., 2022.